

A teoria dos ciclos político e as evidências de manipulações eleitoreiras no contexto brasileiro

The theory of political cycles and the evidence of electoral manipulations in the brazilian context

A teoria dos ciclos político e as evidências de manipulações eleitoreiras no contexto brasileiro

DOI: 10.55905/contabv8n1-001

Recebido: 22/01/2024

Aceito: 23/02/2024

André Fernando Hein^{1,3}, Alana Vanessa Henz², Milene Bruch,³ Iuri Johansson Wissmann⁴, Niele Ahmann Jacome⁵

RESUMO

Estudar a relação entre a economia e a política tem desafiado muitos pesquisadores ao longo do tempo. Várias teorias e modelos surgiram buscando explicar essa complexa e intrincada relação. A Teoria dos Ciclos Políticos é uma delas, e pressupõe que alguns gestores públicos (policymakers), para maximizar o seu capital político e as chances de se manter no poder por meio da reeleição ou da eleição de candidatos do mesmo grupo político, realizam ingerências nos gastos públicos, na política fiscal, ou na escolha de investimentos com maior visibilidade (dentre outros artifícios) buscando gerenciar a percepção dos eleitores a respeito da sua gestão. Diante disso, o objetivo deste artigo foi verificar se estudos realizados no Brasil tendo como base esta teoria, estão identificando indícios de manipulação eleitoreira condizentes com os ciclos políticos. Para tanto, foram consultados nas bases Scopus, Scielo e Web of Science, publicações sobre o tema, das quais elaborou-se uma análise bibliométrica. Identificou-se que com base na teoria dos ciclos políticos no Brasil foram realizados estudos por 83 autores, e publicados entre 1997 e 2023, em 26 revistas/eventos, e que o período analisado nos estudos é amplo (1953 a 2019), e que as três esferas de governo foram analisadas. Verificou-se que em 94% dos estudos há indícios de manipulação eleitoreira condizente com a Teoria dos Ciclos Políticos, o que demonstra a importância de se ampliar estudos na área, o que pode contribuir para a cidadania fiscal e para alertar eleitores desatentos aos artifícios de manipulação eleitoreira.

Palavras-chave: ciclos políticos, manipulação eleitoreira, ciclo orçamentário.

¹ Doutor em Desenvolvimento Rural Sustentável, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Francisco Beltrão – Paraná, Brasil. E-mail: Andre.hein@unioeste.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6003-2958>

² Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Francisco Beltrão – Paraná, Brasil. E-mail: alana.henz.1@hotmail.com

³ Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Francisco Beltrão – Paraná, Brasil. E-mail: milenebruch@hotmail.com

⁴ Graduando em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Francisco Beltrão – Paraná, Brasil. E-mail: iuriwissmann@gmail.com

⁵ Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Francisco Beltrão – Paraná, Brasil. E-mail: niele.ahmann@gmail.com

ABSTRACT

Studying the relationship between economics and politics has challenged many researchers over time. Several theories and models have emerged seeking to explain this complex and intricate relationship. The Theory of Political Cycles is one of them, and presupposes that some public managers (policymakers), in order to maximize their political capital and the chances of remaining in power through re-election or the election of candidates from the same political group, intervene in public spending, fiscal policy, or the choice of investments with greater visibility (among other devices) seeking to manage voters' perception regarding their management. Given this, the objective of this article was to verify whether studies carried out in Brazil based on this theory are identifying signs of electoral manipulation consistent with political cycles. To this end, publications on the topic were consulted in the Scopus, Scielo and Web of Science databases, from which a bibliometric analysis was prepared. It was identified that based on the theory of political cycles in Brazil, studies were carried out by 83 authors, and published between 1997 and 2023, in 26 magazines/events, and that the period analyzed in the studies is broad (1953 to 2019), and that the three spheres of government were analyzed. It was found that in 94% of the studies there is evidence of electoral manipulation consistent with the Theory of Political Cycles, which demonstrates the importance of expanding studies in the area, which can contribute to fiscal citizenship and to alert voters who are unaware of the artifices of electoral manipulation.

Keywords: political cycles, electoral manipulation, budget cycle.

RESUMEN

Estudiar la relación entre economía y política ha desafiado a muchos investigadores a lo largo del tiempo. Han surgido varias teorías y modelos que buscan explicar esta compleja e intrincada relación. La Teoría de los Ciclos Políticos es una de ellas, y presupone que algunos gestores públicos (policymakers), con el fin de maximizar su capital político y las posibilidades de permanecer en el poder mediante la reelección o la elección de candidatos de un mismo grupo político, intervienen en el gasto público, la política fiscal o la elección de inversiones con mayor visibilidad (entre otros dispositivos) buscando gestionar la percepción de los votantes sobre su gestión. Ante esto, el objetivo de este artículo fue verificar si los estudios realizados en Brasil con base en esta teoría están identificando signos de manipulación electoral consistentes con los ciclos políticos. Para ello se consultaron publicaciones sobre el tema en las bases de datos Scopus, Scielo y Web of Science, a partir de las cuales se elaboró un análisis bibliométrico. Se identificó que con base en la teoría de los ciclos políticos en Brasil, los estudios fueron realizados por 83 autores, publicados entre 1997 y 2023, en 26 revistas/eventos, y que el período analizado en los estudios es amplio (1953 a 2019), y que se analizaron las tres esferas de gobierno. Se encontró que en el 94% de los estudios hay evidencia de manipulación electoral consistente con la Teoría de los Ciclos Políticos, lo que demuestra la importancia de ampliar los estudios en el área, los cuales pueden contribuir a la ciudadanía fiscal y alertar a los electores que desconocen las artificios de manipulación electoral.

Palabras clave: ciclos políticos, manipulación electoral, ciclo presupuestario.

1 INTRODUÇÃO

A administração pública, também denominada de Poder Executivo, tem a atribuição de executar a administração dos recursos públicos, oriundos da tributação (e respectivos repasses) e destinados a fazer frente a prestação de serviços públicos à população.

Os gestores públicos, chefes do Poder Executivo são cargos eletivos e conforme a legislação brasileira, a cada quatro anos há novas eleições diretas para esses cargos sendo permitida uma reeleição.

Espera-se que os gestores públicos atuem com eficiência e eficácia na condução da administração pública, pois desta forma os serviços públicos prestados aos cidadãos tendem a ser melhores. No entanto, muitos gestores públicos têm como meta manter seu posto, vencendo as eleições, ou elegendo candidatos do seu grupo político. Para isso é necessário que a maior parte da população esteja aprovando a forma como a gestão pública está sendo conduzida.

Há uma teoria que vem sendo estudada a muitos anos, que tenta explicar este fenômeno, ou seja, os mecanismos utilizados para que os gestores públicos (*politymakers*) se mantenham no poder: a teoria dos ciclos políticos. Em seu artigo seminal intitulado “*An Economic Theory of Democracy*”, Downs (1957), explica que a teoria dos ciclos políticos parte do princípio de que os políticos tomam medidas estratégicas para maximizar suas chances de vitória, pressupondo que a população é induzida a recordar investimentos feitos nas épocas de eleição.

Down (1957) explana ainda que os gestores públicos, devido à possibilidade de reeleição, tendem a tomar medidas que demonstrem eficiência em sua administração. Deste modo, as despesas que ocorrem em momentos estratégicos tendem a aumentar as chances de se manter no poder. Ou seja, pressupõe-se manipulações eleitoreiras nas práticas da administração pública.

A nível internacional vários estudos foram realizados para compreender este cenário, a exemplo de Nordhaus (1975), Hibbs Júnior (1977), Rogoff (1990), Alesina (1987), que foram aprimorando e classificando modelos de ciclos políticos eleitorais. Além desses autores citados, outros autores internacionais encontraram em seus estudos, evidências de manipulações eleitoreiras nos ciclos políticos eleitorais. Já no Brasil, o primeiro pesquisador que se debruçou sobre essa temática foi Fialho (1999), que, a partir de então instigou mais pesquisadores a estudar o tema.

Considerando que a Teoria dos Ciclos Políticos Eleitorais foi desenvolvida e ampliada ou ajustada tendo como base o cenário econômico, político e eleitoral europeu e norte americano, e após mais de duas décadas de estudos sobre esse tema sendo realizados no Brasil, emerge a seguinte pergunta: *estudos no Brasil estão identificando evidências de manipulações eleitoreiras condizentes com a teoria dos ciclos políticos?*

Diante deste questionamento, o objetivo deste estudo foi verificar se há evidências de manipulações eleitoreiras conforme a teoria dos ciclos políticos eleitorais, no Brasil, com base em diversos estudos que já foram publicados sobre o tema.

O estudo justifica-se para compreender o contexto no Brasil da relação entre a economia e a política, bem como para validar ou refutar a teoria citada no cenário brasileiro.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Entende-se por “ciclos políticos” a definição dada por Alesina e Roubini (1992), a qual explana que os ciclos políticos são variações nas políticas econômicas que ocorrem por motivos políticos e eleitorais, podendo ser provocadas por mudanças de governo ou de estratégia.

Segundo Down (1957), a teoria dos ciclos políticos parte do princípio de que os políticos tomam medidas estratégicas para maximizar suas chances de vitória, pressupondo que a população é induzida a recordar investimentos feitos nas épocas de eleição. O autor também explana que os gestores públicos, devido à possibilidade de reeleição, tendem a tomar medidas que demonstrem eficiência em sua administração. Assim, o gestor pode escolher o melhor momento de executar uma despesa, um investimento, ou um aumento de tributos, onde possa maximizar ganhos políticos e minimizar o efeito de medidas impopulares. Ou seja, o gestor pode escolher momentos estratégicos para as ações de gestão, para tentar aumentar as chances de se manter no poder.

Neste mesmo sentido, Drazen (2008) define os ciclos políticos como “períodos em que algum componente do orçamento do governo é induzido pelo ciclo eleitoral. Ele argumenta que esses ciclos refletem a tentativa dos governantes de usar a política fiscal para influenciar o comportamento dos eleitores e aumentar suas chances de reeleição.

Este fato está de acordo com Bartoluzzio e Anjos (2020), onde em seu trabalho fora constatado que os governos municipais tendem a elevar os gastos em projetos que

beneficiam a população nos períodos eleitorais, para mostrar eficiência e ganhar votos. Dessa maneira, caracterizando um ciclo político.

Outra definição para ciclo político vem conforme Fachin (2012), onde diz que as obras públicas, desenvolvidas pelo poder político, geram melhorias aos cidadãos. Ao investir nessas obras, o líder político que as provocou ganha a empatia da população, tornando possível sua reeleição.

Ainda segundo Fialho (1999), a teoria dos ciclos políticos se define pela possibilidade de o governo conduzir a economia conforme seus próprios interesses, como os objetivos eleitorais, e não tomar as decisões de gestão conforme os fatores normativos.

Para complementar, segundo Sakurai (2007), os ciclos políticos eleitorais são os fatores políticos executados como um ato oportunista, ou seja, são resultados econômicos favoráveis alcançados pela gestão política atual, promovidos com vistas a obter maior probabilidade de permanecer no poder por meio da reeleição.

A teoria dos ciclos políticos alcançou posição de destaque nos estudos envolvendo economia e política devido a busca em mostrar que o desempenho e os movimentos cíclicos da economia nas sociedades refletem a interação de economia e política. Essa teoria sugere que a economia passa por um “boom” durante períodos pré-eleitorais, criando condições favoráveis à sociedade e consequentemente influenciando, positivamente, o resultado eleitoral (FIALHO, 1999).

Um fato que demonstra a força dos ciclos políticos na democracia é a existência de leis que coíbem políticos de comparecerem em certos atos nos períodos de eleição, como por exemplo a Lei nº 9.504/97, a qual relata que “é proibido a qualquer candidato comparecer, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, a inaugurações de obras públicas” (BRASIL, 1997).

Diferentes modelos foram desenvolvidos para representar o comportamento da economia ao longo do calendário eleitoral, numa tentativa de identificar a presença de movimentos cíclicos.

Segundo Julia e Julia (2007), a partir do espectro oportunista-ideológico de motivação política, os modelos de ciclos políticos podem ser classificados de acordo com as expectativas que se supõe serem mantidas pelos indivíduos. O Quadro 1 apresenta a tipologia dos ciclos políticos, classificando-os pela motivação do comportamento dos políticos em oportunista e partidário e também em relação ao comportamento dos eleitores em racional e não racional.

Quadro 1 - Tipologia dos ciclos políticos

		Comportamento dos eleitores	
		Não Racional	Racional
Motivação do comportamento dos	Oportunista	Ciclo político oportunista tradicional (Nordhaus, 1975)	Ciclo político oportunista racional (Rogoff e Sibert, 1988; Rogoff, 1990; Persson e Tabellini, 1990)
	Partidária	Ciclo político partidário tradicional (Hibbs Júnior, 1977)	Ciclo político partidário racional (Alesina, 1987)

FONTE: Adaptado de Jula e Jula (2007).

Para exemplificar e justificar a configuração das tipologias de ciclos políticos demonstrada no Quadro 1, é necessário um resgate da sequência de estudos e como cada um foi ampliando a visão do anterior.

O trabalho pioneiro que tenta explicar esse comportamento do governante é Nordhaus (1975), que cunha a expressão *Political Business Cycle* (ciclo político de negócios). Segundo esse estudo, ao perceber o efeito da economia no voto, o presidente decide aumentar a oferta da moeda em ano eleitoral de forma a conseguir incremento na produção do país e, assim, diminuir o desemprego. Em consequência, os eleitores reagem positivamente nas urnas, ignorando o fato de que o ato do governo federal provocará inflação, trazendo novos problemas à sociedade no futuro. (FERREIRA; BUGARIN, 2007)

No entanto, esse modelo de Nordhaus (1975) admite a possibilidade de os eleitores serem constantemente enganados pelo governante, apesar do limitado efeito que a política de expansão monetária traz ao crescimento econômico no médio prazo.

Um refinamento dessa teoria conhecido como *Political Budget Cycle* (ciclo político-orçamentário), desenvolvido em Rogoff (1990), foca a estratégia do governante na política fiscal. Segundo esse estudo, os eleitores não observam diretamente a competência administrativa dos políticos. A existência de informação incompleta proporciona ao político competente o incentivo de distorcer a política fiscal pré-eleitoral de forma a aumentar sua probabilidade de reeleição. O estudo de Rogoff conclui que o ciclo político-orçamentário é “subótimo”, tendo em vista a existência de informação assimétrica entre os eleitores e os seus representantes eleitos. No entanto, o ciclo político-orçamentário surge como um compromisso em que os eleitores renunciam a algum controle eleitoral, na medida em que eles não conseguem evitar que o governante distorça

a política fiscal, um problema de risco moral, para ganhar na qualidade dos representantes eleitos, um problema de seleção adversa. (FERREIRA; BUGARIN, 2007).

Outra vertente dessa literatura são os “modelos de ciclos partidários” (*Partisan Theory*, “PT”), ou “modelos de ciclos ideológicos”. Iniciados por Hibbs Júnior (1977), introduzem a importância da ideologia de cada partido para as políticas. Esta vertente é pouco utilizada para estudos brasileiros, devido à grande dificuldade de se definir claramente a ideologia partidária no Brasil. Embora trabalhos como Sakurai (2009) tenham demonstrado algum papel para a ideologia partidária, outros, como Nakaguma e Bender (2006), indicaram que a ideologia partidária não parece causar interferência significativa nos ciclos políticos orçamentários para o caso brasileiro.

A Teoria dos Ciclos Políticos se enquadra além da esfera federal e estadual, na municipal. Há trabalhos onde são evidenciadas essas flutuações nos gastos públicos em consonância com a teoria.

De acordo com Sakurai (2009), um dos elementos que demonstram a relevância da análise da teoria dos ciclos políticos também nos municípios, está na maior proximidade dos indivíduos em relação a estas esferas do poder político (comparando com estado e federação), considerando que a demanda da sociedade por recursos públicos recaia principalmente sobre a administração municipal.

Pode-se citar a pesquisa de Sakurai (2007) que aborda especificamente o caso dos municípios, no qual é analisado o comportamento fiscal das unidades locais paulistas entre 1989 e 2001. Os resultados sugerem que para a despesa orçamentária e para a despesa corrente são observados impulsos de gastos nos anos eleitorais de 1992 e 1996.

Quanto aos ciclos políticos eleitorais, alguns estudos apontam que os gastos com investimentos possuem tendência a aumentar nos períodos pré-eleitorais e eleitorais - principalmente gastos com educação e investimentos com o objetivo de demonstrar efetividade da gestão - e tendência a reduzir nos períodos pós-eleitorais. (VIDEIRA; MATTOS, 2011; OLIVEIRA; ARANTES; LEROY, 2022; DIAS, NOSSA; MONTE-MOR, 2018)

No entanto, outras pesquisas identificaram diferenças qualitativas nos ciclos eleitorais de cada ente federado, constatando-se menor grau de influência direta das eleições municipais conforme se encaminha da esfera local para as esferas estadual e federal. Além disso, apontaram que partidos de esquerda e de centro tendem a investir mais em infraestrutura em períodos pré-eleitorais se comparados com os partidos de

direita. (ORAIR; GOUVÊA; LEAL, 2014; GONÇALVES; FUNCHAL; BEZERRA FILHO, 2017)

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Este estudo se utiliza de técnicas bibliométricas, com base em publicações envolvendo o tema dos ciclos políticos, no entanto, estudos estes que tenham analisado dados empíricos no anseio de identificar indícios de manipulação eleitoral no contexto analisado.

Para tanto, realizou-se pesquisa no portal de periódicos da Capes, nas bases da Scopus, Scielo e Web of Science, de artigos completos que apresentassem, em qualquer dos campos de pesquisa a expressão “Ciclos Políticos”, no plural ou no singular, e publicados sobre estudos realizados no Brasil e em português. Não houve filtro por ano de publicação, ou seja, foi selecionado todo o período de publicações disponíveis na plataforma. Ressalta-se que foram selecionados apenas aqueles que utilizaram dados empíricos, e que tivessem como objetivo pesquisar evidências da existência de ciclos político eleitorais na administração pública.

Com estes filtros foram encontradas 34 publicações, sendo que serão apresentados neste tópico seus dados bibliométricos como: autores, ano de publicação, local de publicação, período de dados empíricos analisados, variáveis analisadas no estudo, esfera da administração pública a que se refere o estudo (estadual, municipal ou federal), regiões geográficas do Brasil estudadas, e as conclusões a respeito da existência de evidências de manipulação eleitoreira.

Para analisar os dados por autores, realizou-se a identificação e classificação dos autores dos artigos pesquisados e em seguida a contagem das ocorrências de seus nomes, conforme apresentado no Quadro 2 a seguir:

Quadro 2 – Autores e o número de artigos publicados sobre o tema dos Ciclos Políticos

Autores	Qtde	Autores	Qtde
BARTOLUZZIO, Alann Inaldo Silva de Sá	2	LEAL, Ésio Moreira	1
BENDER, Siegfried.	2	LEÃO, Fernando Henrique Ferreira Carneiro.	1
MACHADO, Daiane Pias	2	LEITE FILHO, Paulo Amilton Maia.	1
NAKAGUMA, Marcos Yamada	2	LEROY, Rodrigo Silva Diniz.	1
SAKURAI, Sergio Naruhiko.	2	LIMA FILHO, José Marcelo Cardoso de	1
VIDEIRA, Raphael Almeida.	2	LIMA, João Eustáquio de.	1
WYSE, Maria Nazaré Oliveira	2	LIMA, Severino Cesário	1
ALMEIDA, Lauro Brito de	1	MACHADO, Esmael Almeida	1
ANJOS, Luiz Carlos Marques dos.	1	MARTINS, Vinícius Gomes	1
ANTUNES, Pietro Calixto	1	MATTOS, Enlinson.	1
ARANTES, Vagner Alves	1	MENEZES FILHO, Naercio Aquino.	1

ARAUJO JR, Ari Francisco de	1	MIRANDA, Luiz Carlos.	1
BARBOSA, Marco Aurélio Gomes	1	MÓL, Anderson Luiz Rezendo	1
BARCELLOS, Cláudia Valani	1	MONTE-MOR, Danilo Soares.	1
BEZERRA FILHO, João Eudes.	1	NASCIMENTO, Leonardo Silveira do.	1
BUGARIN, Maurício S.	1	NASCIMENTO, Roberto Sérgio do	1
CARVALHO, Antonio Azevedo	1	NOGUEIRA JÚNIOR, Reginaldo Pinto.	1
CARVALHO, Daniel	1	NOSSA, Valcemiro	1
CASTOR, Belmiro Jobim Valverde.	1	OLIVEIRA, Edna Maria da Silva Medeiros	1
CORREIA, Fernando Motta	1	OLIVEIRA, Kleber Vasconcellos	1
COSTA, Fábio Moraes da	1	OLIVEIRA, Lorrany de Assis	1
CRUZ, Ana Paula Capuano da	1	ORAIR, Rodrigo Octávio	1
DIAS FILHO, José Maria.	1	PAIXÃO, Adriano Nascimento da	1
DIAS, Bruno Pires	1	PAULINO, Gessiane da Silva	1
FARONI, Walmer	1	PEREIRA, Ohana Larissa Fraga	1
FEISTEL, Paulo Ricardo	1	PUCHALE, Caroline Lucion	1
FENOLIO, Fernando Roberto.	1	QUEIROZ, Dimas Barrêto de	1
FERNANDES, Gilênio Borges.	1	QUEIROZ, Mário César Lemos	1
FERNANDEZ, Rodrigo Nobre.	1	ROCHA, Eduardo Augusto Nascimento	1
FERREIRA JÚNIOR, Sílvio.	1	SALVATO, Márcio Antônio	1
FERREIRA NETO, José.	1	SANTOS FILHO, Manuel Roque dos.	1
FERREIRA, Ivan F. S.	1	SANTOS, Gervásio Ferreira dos.	1
FIALHO, Tânia Maria Maia	1	SHIKIDA, Cláudio D.	1
FONTES, Rosa	1	SILVA, Almir Bittencourt da.	1
FUNCHAL, Bruno	1	SILVA, Bruno Garcia Da	1
GAMA NETO, Ricardo Borges.	1	SILVA, Sibebe Leandra Penna	1
GOMES, Débora Gomes de	1	SILVA, Wesley Vieira da	1
GONÇALVES, Carlos Eduardo Soares	1	VASCONCELOS, Rafael Divino de	1
GONÇALVES, Luciano Gomes	1	VELOSO, Gilberto Oliveira	1
GONÇALVES, Tadeu Junior de Castro	1	VICENTE, Ernesto Fernando Rodrigues	1
GOUVÊA, Raphael Rocha	1	VIOTTO, Ricardo.	1
GUERRA, Daniel	1		

FONTES: Elaborado pelos Autores (2024).

A partir da análise quantitativa, observa-se que não há predominância de autores que publiquem frequentemente nessa área. A maioria dos autores apresenta apenas um artigo sobre esse tema, tendo apenas sete autores que publicaram dois artigos sobre o tema.

Além da análise por autor, buscou-se identificar o ano da publicação. Portanto, realizou-se também uma análise dos anos de publicação dos artigos pesquisados, conforme ilustrado no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Publicações sobre Ciclos Políticos por Ano



FONTE: Elaborado pelos Autores (2024).

É possível observar no Gráfico 1 que há estabilidade na quantidade de publicações sobre o tema ao longo dos anos, com alguns picos, indicando um cenário de números baixos de pesquisas nessa área, apesar de serem constantes ao longo do tempo.

Uma análise adicional pertinente é que cerca de 44% dos estudos considerados nesta pesquisa foram elaborados há mais de uma década, com base na data de sua publicação. Essa constatação levanta a possibilidade de que os resultados encontrados possam ter sofrido variações caso fossem examinados em um contexto atual.

Para identificar as revistas e/ou outros locais que mais publicaram artigos relacionados aos ciclos políticos, foi realizado a tabulação e os dados são apresentados no Quadro 3.

Quadro 3 – Locais de publicação e suas quantidades de artigos publicados

Local de Publicação	Qtde de Artigos
Revista de Administração Pública	3
Revista Brasileira de Educação	3
Revista Economia Aplicada	3
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)	2
DADOS - Revista de Ciências Sociais	2
Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPEC)	1
Revista Política & Sociedade	1

Revista Contabilidade Vista & Revista	1
Revista Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE)	1
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	1
Revista de Administração Contemporânea	1
Revista Ambiental Contábil	1
Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (SINERGIA)	1
Revista Geosul	1
Revista Brasileira de Políticas Públicas	1
Revista Gestão & Conexões	1
Revista Contabilidade, Gestão e Governança	1
Cadernos Gestão Pública e Cidadania	1
Revista de Contabilidade e Organizações	1
Estudos Econômicos SP	1
Revista de Economia e Administração	1
XVI Congresso Brasileiro de Custos	1
23º Encontro Iniciação Científica - PUC/SP	1
Revista de Sociologia e Política	1
Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional	1

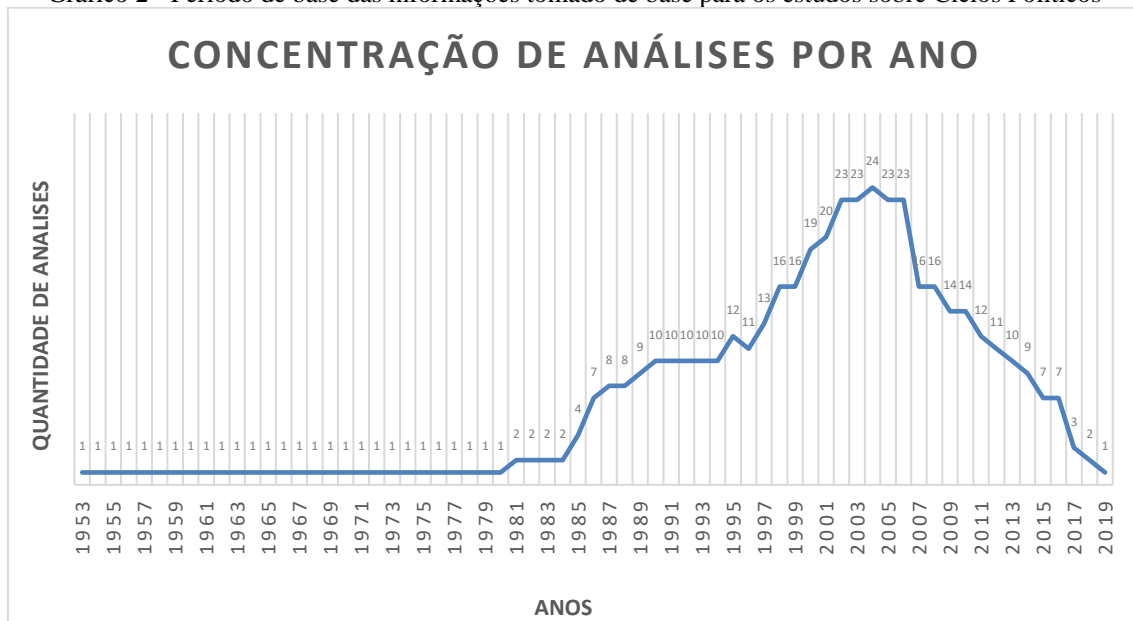
Fonte: Elaborado pelos Autores (2024).

Os dados referentes aos locais de publicação revelam que os trabalhos não se concentraram em uma Revista específica, ou em meios de divulgação que priorizam o tema, sendo distribuídos entre 25 locais, que abrangem tanto revistas quanto congressos e encontros. No entanto, é evidente que as revistas se destacam como o principal tipo de local de publicação.

As principais revistas que se destacaram na publicação de trabalhos sobre ciclos políticos foram a Revista de Administração Pública, a Revista Brasileira de Educação e a Revista Economia Aplicada, cada uma tendo publicado apenas três trabalhos sobre o tema.

O Gráfico 2, abaixo, ilustra a distribuição dos anos de dados empíricos analisados nos trabalhos sobre o tema, mostrando o período abrangido pelas pesquisas.

Gráfico 2 - Período de base das informações tomado de base para os estudos sobre Ciclos Políticos



FONTE: Elaborado pelos Autores (2024).

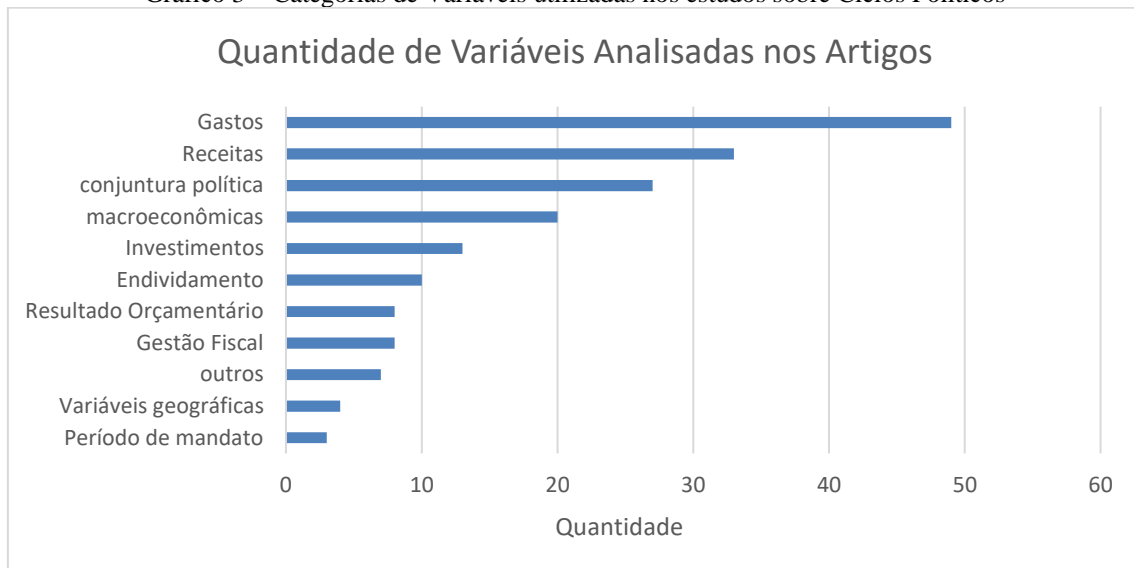
Observa-se que o período estudado pelos trabalhos começou a se intensificar em 1985, mas apenas a partir do ano 2000 é que os dados são mais utilizados para os estudos. Cabe ressaltar que no ano 2000 foi sancionada a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), assim chamada a Lei Complementar 101/2000 que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Como mostram vários estudos, com o advento desta Lei, a gestão pública melhorou, tornando-se mais eficiente, e também estimulou novos estudos sobre Ciclos Políticos, possivelmente devido à maior facilidade de acesso às informações.

A quantidade de estudos que tiveram o período de base analisados mostrou uma tendência de crescimento até 2004, quando atingiram o ápice de 24 análises, e depois entraram em declínio, retornando ao patamar inicial de 1981 em 2019. Este fato pode estar relacionado também à popularização do tema na época.

Observa-se ainda que não há estudos publicados acerca do tema no período Pós-pandemia do Covid-19. Espera-se que novos estudos sejam realizados.

Com o intuito de identificar quais as variáveis que estão sendo utilizadas pelos pesquisadores para investigar se há evidências de manipulações eleitorais no contexto dos ciclos políticos, também foi realizado um levantamento das variáveis que os trabalhos utilizaram como base para formação de sua conclusão, conforme segue no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Categorias de Variáveis utilizadas nos estudos sobre Ciclos Políticos



Fonte: Elaborado pelos Autores (2024).

Observando os dados das variáveis presentes nos estudos, fica evidente a ampla gama de perspectivas abordadas, resultando em um cenário complexo e diversificado. Notadamente, as variáveis que mais frequentemente afetam os gastos e receitas dos órgãos públicos ocupam uma posição central nas investigações, seguidas pelas variáveis relacionadas às situações políticas e macroeconômicas.

Além da predominância dessas variáveis mencionadas, merecem destaque as abordagens relativas aos investimentos realizados e aos indicadores que refletem os resultados financeiros e sociais.

Também foi realizada a tabulação das esferas abordadas nos estudos, revelando que os municípios são, predominantemente, objeto de análise em maior medida do que os órgãos estaduais e federais. Isso sugere a possibilidade de uma percepção mais acentuada dos ciclos políticos nas esferas municipais, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Esferas administrativas estudadas nas pesquisas sobre Ciclos Políticos

Esferas Estudadas	Estudos	%
Municipal	19	51,35%
Estadual	12	32,43%
Federal	6	16,22%
Total	37	100,00%

Fonte: Elaborado pelos Autores (2024).

Até então percebe-se que os estudos com base na teoria dos ciclos políticos no Brasil foram realizados por diversos autores, e publicados por vários anos em muitas

revistas e eventos, e que o período analisado nos estudos é amplo, e que as três esferas de governo foram analisadas.

No entanto, para que se possa analisar a viabilidade de continuar ou ampliar estudos sobre esse tema é importante analisar as conclusões que esses estudos já realizados chegaram. Para tanto buscou-se analisar, independente das variáveis e métodos utilizados na realização dos estudos, e identificar se foi possível concluir que havia indícios de manipulações eleitoreiras no contexto analisado ou não. A Tabela 2 demonstra esses dados.

Tabela 2 – Conclusões dos estudos sobre Ciclos Políticos e as evidências de manipulação eleitoreira identificados

Há evidências de manipulação eleitoreira nas conclusões dos estudos?	Quantidade de Artigos	%
Sim	32	94,12%
Não	2	5,88%

Fonte: Elaborados pelos Autores (2024).

A ampla maioria dos artigos, com uma representação significativa de 94,12% do total, concluiu que existem evidências substanciais de ciclos políticos em suas análises. Isso fortalece a indicação de que a teoria dos ciclos políticos é observável e, de fato, uma realidade substancial no contexto do Brasil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstrou que os estudos realizados no Brasil acerca da teoria dos ciclos políticos foram realizados por diversos autores, e publicados por vários anos em muitas revistas e eventos, e que o período analisado nos estudos é amplo, e que as três esferas de governo foram analisadas. E mais importante que isso é que 94% dos estudos realizados identificaram em suas conclusões que há evidências de manipulações eleitoreiras na gestão pública.

Isso reforça a necessidade no avanço dos estudos neste tema, para que a população possa ser conscientizada e esclarecida dos mecanismos que vêm sendo utilizados por alguns gestores públicos, e evitar que seja manipulada, enganada ou induzida ao erro de avaliação do gestor público, e isso possa interferir na sua escolha eleitoral.

Após a exposição da análise das publicações sobre a teoria dos ciclos políticos, percebe-se ainda que apesar de haver várias publicações, é um tema ainda pouco explorado.

Considerando que a gestão dos recursos públicos reflete na vida de todos os cidadãos, porque é por meio deles que são oferecidos os serviços públicos, entende-se que pesquisas nessa área poderiam proporcionar e estimular a cidadania fiscal. Na medida em que se comprova por meio de estudos que evidenciam manipulações eleitoreiras previstas na teoria dos ciclos políticos, que recursos públicos não são utilizados para maximizar os interesses “do público” e sim do “gestor público e seu grupo político”, se verifica um desvio de função e que prejudica a sociedade como um todo.

Nesse sentido, quanto mais estudos forem realizados, mais publicações irão ocorrer e o tema será mais compreendido, bem como as táticas utilizadas pelos gestores públicos para manipular os eleitores. Por sua vez, os eleitores alertados dessas práticas podem evitar ser influenciados nas eleições em função destas manipulações.

Percebe-se também que ainda não há estudos que envolvam dados após o período crítico da pandemia de Covid-19. Fato que pode ser justificado que curto espaço de tempo para que tenham sido realizados e publicados, no entanto, espera-se que venham a ocorrer tendo em vista que esse período gerou significativas mudanças no cenário econômico, bem como nas finanças públicas dos entes da federação.

No campo de sugestões, espera-se que estudos sobre esse tema possam considerar como uma variável e ser analisada a complexidade dos dados contábeis do setor público podem inibir a transparência e por sua vez estudos nesta área, tendo em vista que segundo Rogoff e Silbert 1988, existe uma assimetria de informação temporária a respeito da competência dos governantes no período t , e é essa diferença temporária quanto à informação disponível que ainda viabiliza manobras oportunistas na economia e permite a existência de ciclos, mesmo tendo como pressuposto as expectativas racionais.

Outra sugestão para estudos futuros é desenvolvimento de modelos de detecção de manipulações eleitoreiras por meio da inteligência artificial e *machine learning*.

REFERÊNCIAS

ALESINA, A. Macroeconomic policy in a two-party system as a repeated game. **Quarterly Journal of Economics**, vol. 102, n. 3p. 651-678, 1987.

ALESINA, A; ROUBINI, N. Political cycles in OECD economies. **Review of Economic Studies**, Oxford, v. 59, n. 4, p. 663-688, Oct. 1992. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2297992>. Acesso em: 04 jul. 2023.

BARTOLUZZIO, A. I. S.; ANJOS, L. C. M. Ciclos políticos e gestão fiscal nos municípios brasileiros. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 24, n. 2, p. 1-20, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2020190190>

BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. **Estabelece normas para as eleições**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 out. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm. Acesso em: 30 out. 2022.

DIAS, B P; NOSSA, V; MONTE-MOR D S. O Investimento Público Influencia Na Reeleição? Um Estudo Empírico Nos Municípios Do Estado Do Espírito Santo. **Revista De Administração Pública** (Rio De Janeiro) 52.5 (2018): 880-98.

DOWNS, A. Economic Theory of Political Action in a Democracy. **Journal of Political Economy**, vol. 65, n. 2, p. 135-150. 1957

DRAZEN, A. **Ciclos políticos orçamentários**. In: DURLAUF, Steven N.; BLUME, Lawrence E. (Ed.). *The New Palgrave Dictionary of Economics*. 2. ed. Londres: Palgrave Macmillan, 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1057/978-1-349-95121-5_2415-1. Acesso em: 23 jun. 2023.

FACHIN, S C. A comunicação política em obras públicas da cidade de Guarapuava. **Geoiogá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá**, v. 4, n. 2 , p. 93-109, 2012. Web.

FERREIRA, I. F. S.; BUGARIN, M. S. Transferências voluntárias e ciclo político-orçamentário no federalismo fiscal brasileiro. **Revista Brasileira de Economia (RBE)**, vol. 61, n. 3, p. 271-300, jul./set. 2007.

FIALHO, T. M. M. Ciclos Políticos: uma resenha. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 131-149, abr./jun. 1999.

GONÇALVES, L. G.; FUNCHAL B.; BEZERRA FILHO J. E., A Influência Dos Ciclos Políticos Nos Investimentos Públicos Em Infraestrutura: Um Estudo Nos Estados Brasileiros No Período De 2003 a 2014. **Revista De Administração Pública (Rio De Janeiro)** 51.4 (2017): 462-81.

HIBBS JÚNIOR, D. A., Political parties and macroeconomic policy. **American Political Science Review**. 1977. n.71 v.4, Pg 1467-1487.

JULA, D.; JULA, N. Political budget cycles in the Romanian regions. **Institute for Economic Forecasting**, University of Bucharest, Bucharest, p. 1-18, 2007.

NAKAGUMA, M. Y.; BENDER, S. A., A emenda da reeleição e a lei de responsabilidade fiscal: Impactos sobre ciclos políticos e performance fiscal dos estados (1986-2002), **Revista de Economia Aplicada**. 2006. v10(3), 377–397.

NORDHAUS, W., The political business cycle, **Review of Economic Studies**. 1975 42, 169–190.

OLIVEIRA, L. D. A.; ARANTES V. A.; LEROY R. S. D., Ciclos Políticos e Investimentos em Infraestrutura: Análise Entre Capitais Brasileiras. **Revista Ambiente Contábil** 15.1 (2023): 180-97.

ORAIR, R. O.; GOUVÊA R. R.; LEAL E. M., Ciclos Políticos Eleitorais e Investimentos das Administrações Públicas no Brasil. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA** (2014).

ROGOFF K., Equilibrium political budget cycles, **Review of Economic Studies**. 1990 n.80, 21–36.

ROGOFF, K.; SILBERT, A. Elections and macroeconomic policy cycles. **Review of Economic Studies**. 1988 (55), 1–16.

SAKURAI, S N. **Ciclos eleitorais, reeleição e déficit fiscal nos municípios brasileiros: uma análise via dados em painel**. Tese (Doutorado em Teoria Econômica) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. DOI: 10.11606/T.12.2007.tde-20082007-143928.

SAKURAI, S. N., Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: Uma análise para o período 1990-2005 via dados em painel. **Estudos Econômicos**. 2009 n.39(1), 39–58.

VIDEIRA, R. A.; MATTOS, E. Ciclos políticos eleitorais e a interação espacial de políticas fiscais entre os municípios brasileiros. **Revista Economia Aplicada**, v. 15, n. 2, p. 259-286, 2011